



ID: 123525272

15-06-2026

A Europa não vencerá a China com tarifas

**Ricardo Paes Mamede**

A crescente tensão comercial entre a União Europeia (UE) e a China está a produzir uma caricata inversão de papéis. Durante décadas, Bruxelas apresentou-se como uma das principais defensoras da liberalização do comércio internacional, criticando políticas industriais, subsídios públicos e restrições à concorrência. Hoje, porém, a própria UE discute tarifas, quotas, requisitos de conteúdo europeu e outras formas de protecção do mercado interno.

A mudança resulta, sobretudo, de uma transformação profunda da economia mundial. A China deixou de ser vista como uma plataforma de produção assente em mão-de-obra barata para passar a ser encarada como um concorrente directo nos sectores tecnologicamente mais avançados, que afectam já não as periferias europeias (como Portugal), mas as economias mais ricas e poderosas da UE (incluindo França, Alemanha e Países Baixos). Veículos eléctricos, baterias, painéis solares, inteligência artificial, telecomunicações ou equipamentos médicos são hoje áreas em que as empresas chinesas disputam a liderança mundial.

Perante esta realidade, muitos responsáveis europeus concluem que o problema reside na concorrência desleal. A explicação preferida é que as empresas chinesas beneficiam de subsídios públicos massivos e de um acesso privilegiado ao crédito, conseguindo assim vender mais barato do que os seus concorrentes europeus. Se assim fosse, a solução simples seria impor barreiras à entrada dos produtos chineses. O problema é que esta interpretação é apenas uma pequena parte da história.

A ascensão tecnológica da China não é o resultado de alguns anos de subsidiação excessiva. É o produto de quase cinco décadas de investimento sistemático em capacidades produtivas, científicas e tecnológicas. Desde o final dos anos 1970, as autoridades chinesas combinaram abertura ao investimento estrangeiro com exigências de transferência de conhecimento, expansão do ensino superior, desenvolvimento da investigação científica, apoio à inovação e promoção de sectores considerados estratégicos. Como resultado, a China tornou-se uma potência industrial e tecnológica capaz de competir nas actividades mais sofisticadas da economia mundial.

Ao focar a discussão na competitividade-preço das empresas chinesas, a UE evita confrontar-se com a questão incómoda de saber por que ficou a



Europa para trás. Durante décadas, as instituições europeias partiram do princípio de que a concorrência de mercado, associada a políticas horizontais de apoio à educação, investigação e inovação, seria suficiente para garantir o progresso económico. O papel do Estado deveria limitar-se a assegurar boas condições de funcionamento dos mercados, corrigindo apenas algumas falhas pontuais.

Esta visão influenciou profundamente a construção europeia. A disciplina orçamental, as regras da concorrência e as limitações aos auxílios de Estado tornaram-se elementos centrais da arquitectura económica da União. Em contrapartida, a política industrial passou a ser vista com crescente desconfiança.

Com isto, a Europa continuou a produzir ciência de elevada qualidade, universidades de excelência e empresas tecnologicamente sofisticadas. Mas revelou uma crescente dificuldade em transformar esses activos em liderança industrial nos sectores emergentes.

Hoje, a diferença entre a Europa e a China não está apenas no volume dos investimentos. Está também na capacidade

de coordenação. O desenvolvimento tecnológico exige horizontes de longo prazo, tolerância ao risco e articulação entre empresas, universidades, centros tecnológicos, sistemas financeiros e poderes públicos. Nenhum destes actores consegue, isoladamente, criar novas indústrias.

A experiência chinesa ilustra bem esse facto. O sucesso não resultou da simples



A União Europeia parece hoje mais preparada para restringir importações do que para mobilizar os recursos necessários à construção de uma nova base tecnológica

acção do mercado nem de um plano central rígido. Resultou de uma combinação complexa de concorrência, experimentação, investimento público, aprendizagem tecnológica e coordenação estratégica.

A Europa não pode nem deve copiar o modelo chinês. As diferenças políticas, institucionais e culturais são evidentes. Mas isso não significa que possa ignorar as lições da experiência chinesa.

A principal dessas lições é que a liderança tecnológica não surge espontaneamente da concorrência entre empresas. Exige escolhas colectivas, capacidade de coordenação e instituições dispostas a assumir riscos. As tecnologias que hoje moldam a economia global – dos semicondutores às energias renováveis – resultam de décadas de investimento público e privado orientado para objectivos específicos.

É por isso que a actual vaga de protecção europeu corre o risco de falhar o alvo. Tarifas, quotas ou restrições ao investimento podem, em determinadas circunstâncias, ser instrumentos legítimos. Podem evitar dependências excessivas ou responder a práticas claramente abusivas. Mas não criam, por si só, novas capacidades produtivas. Proteger uma indústria não é o mesmo que torná-la competitiva.

A União Europeia parece hoje mais preparada para restringir importações do que para mobilizar os recursos necessários à construção de uma nova base tecnológica. Mostra-se mais confortável a discutir barreiras comerciais – que incorrem em riscos reais de conflitos com elevados custos – do que a reformar as regras que limitam o investimento comum, a coordenação industrial ou o financiamento de longo prazo.

Este é o verdadeiro dilema europeu. Durante demasiado tempo acreditou-se que a abertura comercial e a concorrência seriam suficientes para garantir prosperidade e liderança tecnológica. Agora corre-se o risco de se acreditar que as tarifas resolverão aquilo que os mercados não resolveram. Nenhuma destas ilusões oferece uma resposta adequada.

A tensão comercial com a China pode representar uma oportunidade para repensar os fundamentos da política económica europeia. Mas isso exigirá mais do que medidas defensivas. Exigirá uma estratégia capaz de reconstruir capacidades produtivas, reforçar o investimento tecnológico e mobilizar recursos para áreas prioritárias.

Se a União Europeia se limitar a erguer barreiras, poderá atrasar o declínio relativo de alguns sectores. Se conseguir transformar a pressão concorrencial de países terceiros num estímulo para renovar a sua própria capacidade industrial, deixando mais margem para os Estados prosseguirem estratégias de reforço das capacidades produtivas nacionais, poderá voltar a desempenhar um papel relevante na economia mundial.

Economista e professor do Iscte